

COMUNITARISMO E MARXISMO

A. MACHADO PAUPÉRIO*

O professor espanhol Lino Rodriguez-Arias Bustamante é um escritor incansável. Mesmo fora da Espanha, na Universidade do Panamá ou na Universidade dos Andes, na Colômbia, continua produzindo intelectualmente trabalhos do mais assinalado valor, haja vista o seu *Ciencia y filosofía del derecho*, em edição argentina de 1961, com prólogo do Prof. Luís Recaséns Siches.

Autor de mais de 20 livros, além de inúmeras outras publicações, vem dando especial atenção à chamada *sociedade comunitária*, já tendo escrito sobre o assunto livros como *La Democracia cristiana y América Latina*, *La democracia y la revolución en la sociedad comunitária*, *Alternativa ideológica: comunitarismo*, *De la Propriedad privada a la propiedad comunitária*, *Jacques Maritain y la sociedad comunitaria*, além de numerosos artigos em revistas e publicações especializadas.

Não obstante todo esse labor, dá-nos agora um novo livro *Comunitarismo y marxismo*, em que, na parte primeira, faz um estudo genérico sobre a sociedade comunitária, e sobre participação, reforma da empresa e projeto democrático, e na parte segunda faz um apelo à generosidade, inclusive no sentido do diálogo, e traça as diretrizes da sociedade comunitária.

Fazendo o panegírico desse tipo de sociedade, lembra suas origens cristãs, rememorando, entre outros, os mandamentos de São Gregório Magno (540-604):

- “1º) Todos os bens externos se ordenam ao serviço do homem.
- 2º) O sistema ideal seria a comunidade de bens; porém, em consideração ao estado desfalecente do ser humano, como conseqüência do pecado original, advoga o regime da propriedade privada.
- 3º) Ainda que a *propriedade* não seja intrinsecamente má, é uma instituição muito deficiente e que se presta a inumeráveis abusos.
- 4º) *O trabalho é o único título legítimo de propriedade.*
- 5º) Somente Deus é proprietário; o domínio do homem é muito limitado.”

Conjugando, na esteira de Jacques Maritain, o bem comum com o espírito comunitário, atribui àquele vários requisitos, entre os quais assinalamos, por sua importância, o 1º, o 4º e o 6º, a saber:

— “proporciona à pessoa humana o bem-estar material e moral necessário para trabalhar dignamente e, mediante o trabalho, melhorar sua condição ou *status* social;

— proíbe a apropriação e abuso dos bens comuns, e a dos bens privados além do necessário para satisfazer as próprias necessidades e as de sua família, de conformidade com sua situação ou categoria social;

— promove na pessoa humana uma consciência comunitária que a situa acima dos egoísmos individuais”.

Numa acepção socialista, porém antitotalitária, o que pretende Rodriguez-Arias é a prevalência dos valores associativos, fraternais e solidários

* Professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

e, sob o ponto de vista econômico, a prevalência da propriedade comunitária dos meios de produção, com o que se defende a idéia de uma autêntica democracia de participação.

Discorrendo sobre os *modelos comunitários* do Prof. Benn, a *comunidade integral*, que exige a renúncia da autonomia de seus membros, como se dá nas ordens religiosas e nos partidos políticos totalitários, o *mutualismo*, onde o homem se move autonomamente, e a *camaradagem ou companheirismo*, que é eclético com relação aos dois sistemas anteriores, Rodriguez-Arias defende de certo modo o pensamento de Emmanuel Mounier, que exalta o conceito de pessoa, fim e não meio da comunidade, e que deverá ter assegurada conveniente proteção para o exercício de sua plena liberdade espiritual.

Sabemos que o poder sem autoridade é tirania. Sabemos, de outro lado, que a autoridade injusta também não é autoridade, do mesmo modo que a lei injusta não é lei. Sabemos, por isso, como relembra Rodriguez-Arias, que só se pode alcançar a justiça dentro da trilogia: *liberdade, autoridade e igualdade*.

A igualdade torna-se assim a regra. A desigualdade, portanto, passa a ser a exceção, já que só se pode admiti-la quando enseja uma justificação compatível com o conceito da dignidade da pessoa humana. A *igualdade de oportunidades*, sobretudo, abriu amplas perspectivas democráticas.

Tais perspectivas pressupõem compreensão das diversas ideologias, evidentemente. Se queremos solidariedade social e coexistência pacífica, havemos de excluir o princípio da *intransigência*.

Entende-se, assim, que “a sociedade futura emergirá da *convergência* de ideologias políticas que bebem em fontes filosóficas diversas, porém que coincidem em construir um novo mundo de convivência pacífica sem assumir compromissos que atentem contra suas respectivas escalas de valores.” Cristãos e marxistas têm sua filosofia específica: uns, espiritualistas, outros materialistas. Uns e outros, porém, procuram fundar uma sociedade onde o homem possa alcançar a própria liberação por meio da justiça social. No fim de contas, deseja-se uma sociedade sem classes, cuja base única seja a *capacidade de trabalho*.

Com relação a esse assunto, força é lembrar o que disse o autor em outro de seus livros, *Dios ha muerto?*: “Triste é reconhecê-lo, mas é muito certo que atualmente têm vigência três pragas, que são esses três materialismos: o materialismo capitalista, o materialismo marxista e o materialismo religioso da maior parte dos cristãos.” A nós, cristãos, a fé só nos pode impulsionar ao amor por todos os homens, ainda que sejam marxistas.

O aburguesamento de certos grupos cristãos constituiu-se na mais radical negação do testemunho de Cristo, mas não impediu que a levedura do Cristianismo frutificasse em outros corações, em busca da justiça social e de um mundo mais fraterno.

O diálogo pode e deve conduzir-nos a uma síntese superadora do capitalismo e do comunismo, forjada à luz de princípios comuns. Assim, “se cristãos e marxistas não estamos de acordo sobre o *céu*, pelo menos o podemos estar para que *a terra não seja o inferno*”.

Como sabemos, todos os homens são criaturas de Deus salvas por Cristo, mesmo que não sejam cristãos. De outro lado, há *infiéis* que colaboram melhor que os fiéis na construção do reino de Deus. Por isso, tanto cristãos como não-cristãos devem deixar de guerrear-se como criaturas que possuem em comum a *tragédia da existência*.

Deixando a religião de ser o *ópio do povo*, deve tornar-se a *libertação do homem* para continuar a denunciar a opressão e a injustiça de uma realidade social que moral e economicamente asfixia a humanidade.

O ódio de muitos não chega a macular a justiça que defendem porque, como diz Giovanni Papini, “o ódio, às vezes, não é senão *amor imperfeito e inconsciente* e, de todos os modos, é melhor o noviciado do amor que a indiferença”.

Sob o ponto de vista da instauração de uma nova sociedade, tanto os marxistas como os cristãos hão de ser *revolucionários*.

Aliás, como relembra Rodriguez-Arias, com pertinência a uma expressão de D. Hélder Câmara, “é o capitalismo o que é ‘intrinsecamente perverso’, e não o socialismo que é condenável tão-só em suas perversões”.

Uma coisa, porém, que vem preocupando Roger Garaudy é que em todos os países onde os socialistas alcançaram o Poder pelo voto (Inglaterra, Alemanha, países escandinavos, Austrália, França), jamais teve lugar um início de socialismo, porque a conquista do poder político não implica a conquista do poder econômico. Forças econômicas nacionais e internacionais podem impedir totalmente qualquer iniciativa governamental de renovação, ajudadas ou lideradas por forças militares dispostas muitas vezes a impedir qualquer mudança econômica, social ou política, de fundo reformista, mesmo que venha pelo consenso da maioria, por intermédio do voto.

Rodriguez-Arias prega, em última análise, uma sociedade como a imagina Jacques Maritain, *personalista e comunitária*, em que tenha afinal preponderância “a qualidade sobre a quantidade, o trabalho sobre o dinheiro, o humano sobre o técnico, a sabedoria sobre a ciência e o serviço comum das pessoas humanas sobre a ambição individual de enriquecimento indefinido ou a ambição estatal de poderio ilimitado”.

Temos, assim, que repudiar o modelo russo, que, depois de 65 anos, ainda não abandonou as fórmulas iniciais de ditadura.

No reverso da medalha, porém, temos que descartar a *propriedade* concentrada como fundamento da liberdade, das honras e da prosperidade, e substituí-la pelo trabalho criador, base por excelência da autêntica liberdade.

É preciso não esquecer que o próprio *crescimento econômico* por si só nada significa sem um decidido esforço concomitante de *justiça social*. É um truísmo dizer hoje que para que um povo progrida e evolva é mais necessária a justiça que a própria economia.

Tudo isso nos diz esse pequeno grande livro de Rodrigues-Arias, que abre, nos caminhos do comunitarismo, sendas promissoras para o futuro dos povos latino-americanos, a maioria dos quais ainda vive em função dos interesses de uma minoria, ávida por que continue indefinidamente o sistema imperante, baseado no absolutismo do lucro privado.

Reembolso Postal: uma livraria em cada cidade

prático, rápido, seguro